

Resenha

A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL. Ladislau Dowbor. São Paulo. Brasiliense. 1982.

No livro que aqui resenhamos o autor se propõe a reinterpretar, a partir de um amplo acervo teórico já existente, o processo de formação e deformação da nossa estrutura econômico-social.

É escrito numa linguagem simples e clara, o que torna a sua leitura bastante agradável. Nele, o autor externa de uma forma bastante direta sua posição política, qual seja, a de que o economista, como qualquer profissional, é também um homem político, e, como tal, deve assumir a dimensão política de sua atividade, o que lhe parece a melhor maneira de garantir a objetividade científica do trabalho. Para os que pensam o contrário, contra-argumenta: as análises do subdesenvolvimento efetuadas por "cientistas" pretensamente apolíticos estão impregnadas de mistificações.

O ponto de partida do autor consiste da seguinte indagação: "por que a modernização das estruturas e a industrialização do Brasil não levaram à ruptura das estruturas do subdesenvolvimento"? Ao formular esta questão Dowbor compartilha da frustração de Hirschman, segundo o qual "esperava-se da industrialização que ela mudasse a ordem social e tudo o que ela fez foi fornecer manufaturas".

No pensamento do autor, a compreensão deste fenômeno deve ser buscada na formação e evolução histórica do País, pois é "necessário pôr a nu as determinações externas e internas do processo de transformação da

sua função no sistema capitalista, no decorrer de seu desenvolvimento histórico" (p. 43).

Antes de abordar a questão da evolução histórica (objeto dos três últimos capítulos), o autor faz uma crítica àqueles que, no seu entender, procuram compreender a realidade dos países subdesenvolvidos mediante transposições mecanicistas de teorias construídas para explicar um mundo diferente: a realidade dos países desenvolvidos. Nesta parte do livro (cap. I), o leitor encontrará um resumo crítico bastante interessante sobre as diversas interpretações a respeito da questão das modalidades da inserção do Brasil, ao longo do tempo, no sistema capitalista.

Na concepção do autor, trata-se ainda de uma questão em aberto, se é que um dia estará esgotada, tendo em vista as próprias diversidades das respostas dadas, que na realidade se apresentam contraditórias, colocando-nos portanto diante de um impasse teórico: acontece, devido à ausência de uma teoria capaz de encontrar as características globais que constituem a especificidade de nossa história, e que dão conta do conjunto.

Trata-se, portanto, de uma questão de método. O erro fundamental, apontado pelo autor, consistiria em considerar a história como a acumulação de fenômenos isolados, como por exemplo a divisão regional do País, efetuada pelos adeptos da concepção "dualista", ou a divisão em modos de pro-

dução, na concepção "pluralista" em vez de um todo em que os diversos elementos se condicionam reciprocamente, porém de forma contraditória, como reza um dos princípios fundamentais da dialética.

O autor se apegua à análise marxista, para a qual a realidade não pode ser artificialmente seccionada.

Assim, a compreensão do subdesenvolvimento e das formas de manifestação da luta de classe nos países subdesenvolvidos teria que ter como ponto de partida uma totalidade: a economia capitalista mundial. Portanto, na concepção do autor, o fenômeno do desenvolvimento e subdesenvolvimento não é dicotômico, pois constitui pólos de um mesmo processo — a acumulação capitalista mundial — com a ressalva, fundamental, de que neste processo as relações entre os pólos, se bem que articuladas, não se dão de forma equilibrada. Na realidade trata-se de relação de dominância de um modo de produção sobre o outro, um dos conceitos-chave utilizado pelo autor (p. 24).

Porém, modos de produção que em última instância não são antagônicos no sentido de de que o "dominante" não se torna "exclusivo". Pelo contrário, reproduz, por longo tempo, de forma articulada, relações relativamente estáveis.

O autor coloca-nos diante de uma única dinâmica, qual seja, a de que não se trata de fenômenos estanques, mas de formas diferentes da acumulação capitalista.

Dessa forma, o essencial consistiria em demonstrar por que o modo de produção dominante reproduz, ao longo do tempo, os outros modos de produção. Eis aqui o objeto da análise dos três últimos capítulos. Antes, um parêntesis, porém significativo, para uma melhor compreensão da concepção teórica do autor.

Trata-se do segundo capítulo, onde aparece um esboço de método que irá permear toda a análise subsequente. Aqui, o ponto

de partida do autor, sempre preocupado com uma abordagem teórica abrangente (a totalidade) é o processo de reprodução ampliada do capital social. Para tanto, utiliza as fases e os esquemas de reprodução do capital definidos por Marx do Liv. II em *O Capital*.

O autor insiste, e com muita propriedade, na importância de levar em conta o ciclo completo, que constitui a rotação do capital, pois as três fases (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) são igualmente indispensáveis para compreender a lógica da acumulação de capital. O fato é que estaríamos incorrendo em erro metodológico ao pensarmos o modo de produção capitalista, pelo menos do ponto de vista da sua dinâmica, quando privilegiamos uma ou outra fase da reprodução do capital. Neste ponto o autor identifica, e com muita ênfase, a natureza do erro cometido por muitos daqueles que procuraram compreender a evolução sócio-econômica do País. Por exemplo, aqueles que contemplam a fase de circulação do capital chegam à conclusão de se tratar de um modo de produção capitalista; ao contrário, aqueles que privilegiam as relações de produção, em particular as relações de exploração, dizem que se trata de um modo de produção pré-capitalista, feudal, escravista ou de "transição" para o capitalismo (p. 38).

Indaga o autor: "que critério escolher para determinar o modo de produção existente?". E responde: "O debate, enquanto é colocado em termos de escolha, sem que se demonstre a possibilidade de o modo de produção capitalista *utilizar* relações de produção que foram conhecidas na Europa durante fases pré-capitalistas, não pode desembocar senão num diálogo de surdo" (p. 38). Urge ultrapassá-lo. E a forma proposta pelo autor consiste em levar em conta o sentido do ciclo completo de reprodução do capital, e, a partir daí, concluir por um modo de produção capitalista, porém *específico*. A especificidade estaria no fato de constituir uma forma de acumulação auxiliar de uma dinâmica capitalista externa, forma esta que se

definiria pelo seu caráter externo. Daí a denominação de modo de produção capitalista dependente, pois conteria uma dinâmica capitalista porém submetida a uma dinâmica extrovertida (p. 38 e 61).

É neste contexto teórico que o autor procura mostrar como, das grandes etapas da economia brasileira, desde a colonial (cap. III) passando-se pela neocolonial (cap. IV) e terminando na transição para a fase atual (cap. V), os elementos pré-capitalistas se inseriram na reprodução do capital e como a contradição aparente que resulta de coexistência de elementos capitalistas e pré-capitalistas foi sendo sucessivamente resolvida.

Ao ler-se os capítulos que tratam da formação sócio-econômica do País, a impressão que se tem, é a de uma impressionante aderência entre o método e os conceitos utilizados pelo autor e aquilo que se pretende compreender, isto é, as fases de dependência colonial e neocolonial.

O autor, através de uma elevada capacidade de síntese e um tom polêmico, conquista o leitor.

Ocorre que, à medida que a análise tem por objeto a fase mais recente da história do País (cap. V), surge naturalmente uma certa perplexidade.

Vejamos. O autor através de suas análises mostra como a relação de dependência-dominância foi-se modificando ao longo do tempo. Na realidade não se trata de uma relação estática, mas dinâmica, que se reproduz sob novas formas, porém sempre mantendo-se uma característica fundamental.

Assim, a dominação política e militar que caracterizou a fase colonial portuguesa se transforma em dominação econômica e financeira, forma que assumiu a dominação na fase neocolonial sob a hegemonia inglesa.

No entanto, Dowbor mostra que, ao longo deste extenso período de quatro séculos, o que se deu foi um reforço da extroversão econômica, no sentido de que, em última instância, foram as necessidades de acumulação do capitalismo dominante que determinaram a orientação da economia brasileira.

Já no último capítulo, o leitor encontrará um conjunto de modificações, notadamente a intensificação da industrialização, apontadas pelo autor como constituindo a base de uma transição para uma nova relação de dependência, agora sob a hegemonia dos Estados Unidos.

De imediato, refuta, e de forma penetrante, a idéia, hoje já um tanto carcomida pela evidência histórica, de que o imperialismo constituiria um obstáculo à industrialização do País. Pelo contrário, contribuiu para a sua viabilização, fornecendo os meios dessa industrialização.

Afinal, é sempre bom ter em mente (a advertência é do autor) que é a lógica do lucro que governa o movimento do capital, e não a sua nacionalidade. As consequências políticas desta postura teórica são exploradas com grande desenvoltura pelo autor.

No entanto, na sua concepção a "interferência" do imperialismo não reproduz, no País, a experiência do crescimento dos países capitalistas do centro, qual seja, a de criar uma estrutura econômica orientada em função das necessidades internas e que se dão de forma coerente e integrada.

Na realidade, o que se faz notar é a presença de uma dicotomia no mercado interno, polarizado entre o consumo de luxo dos ricos e o consumo popular, restrito aos bens de qualidade inferior, além da polarização das atividades econômicas e da população do ponto de vista espacial.

As raízes destes fenômenos (deformações) o autor as encontra determinadas, por um lado, pelo contexto histórico herdado da ex-

periência colonial e neocolonial e, por outro, pelo caráter "introvertido" do processo da industrialização brasileira, por ter sido baseado no deslocamento de tecnologia e maquinária determinadas pelas economias dominantes.

Enfim, o autor termina o quinto capítulo identificando um período, dos anos 30 até 1964, que se caracteriza por constituir uma transição para uma nova forma de relação de dependência, cuja análise deixa em aberto.

Quer nos parecer que o conceito-chave introduzido pelo autor consistiu na noção de modo de produção capitalista *dependente*, cuja *especificidade* está no fato de expressar uma forma de acumulação auxiliar de uma dinâmica capitalista externa.

Acreditamos que tal conceito, tão útil para uma melhor compreensão da formação das estruturas sócio-econômicas do Brasil na fase colonial e neocolonial, perde significativamente a sua "solidez" como fio condutor para se dar conta do complexo de mudanças ocorridas (a partir dos anos trinta, por exemplo) ou que venham a ocorrer no País.

A idéia é a de que aquelas modificações, tão bem identificadas pelo autor, agem no sentido de criar uma base interna, realmente de transição, porém na direção de uma gradual autonomia do processo de acumu-

lação interno, e não como acredita o autor como "forma de acumulação *auxiliar* de uma dinâmica capitalista externa".

Não se trataria apenas de mudanças de forma na relação de dependência, como teria ocorrido no passado, mas de transformações na própria *essência*. Vale dizer, são mudanças estruturais no sentido de consolidar no País o modo de produção capitalista, porém sem qualificativo. A especificidade, que o tornava *dependente*, do ponto de vista de acumulação de capital nos países dominados ou periféricos deixa (ou se encontra em vias) de existir.

Aquilo que o autor identifica como sendo a interiorização da relação de dependência, acreditamos tratar-se de um movimento histórico que atua nessa direção.

Não obstante esta objeção, é um livro cuja leitura recomendamos, pela amplitude do acervo teórico e a riqueza de dados históricos que contém.

Acreditamos que sua publicação no Brasil (já se encontra editado em alguns países europeus) se dá em um momento oportuno, qual, seja, de intenso debate político, e que, pelo seu caráter polêmico, deverá contribuir para estimular o debate em torno do tema tratado pelo autor.

Cláudio A. Vieira
IPE/USP